

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE SERRA CAÍADA/RN.**

Ref. Tomada de Preço nº. 007/2021

Processo nº 826.010/2021

**H&M CONSTRUÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o registro de número 01.233.506/0001-03, com sede na Rua Alberto Silva, 1311, Tirol, Natal/RN, CEP 59.022-185, com endereço eletrônico Henrique.27777@hotmail.com, por seu sócio e representante legal, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão de inabilitação da empresa na licitação de n.º 007/2021, pelos motivos que passa a aduzir:

**I – DO MOTIVO DO RECURSO:**

A Comissão de Licitação decidiu no sentido de proceder a inabilitação da empresa recorrente informando que a empresa deixou de apresentar o balanço contábil da forma correta, infringido o item 23.2 do Edital. Contudo, a referida inabilitação não merece prosperar, explico.

**II – DA REGULARIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS:**

Nobres membros da comissão, não assiste razão quanto a alegação da ausência de documentos ou documento incorreto, uma vez que todos os documentos questionados e exigidos foram apresentados na fase de habilitação, nos moldes do Edital, não havendo motivo para qualquer questionamento.

O item 23.2 do Edital dispõe que:

**Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social** apresentados na forma da lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de Abertura e Encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na Junta Comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balaços provisórios.

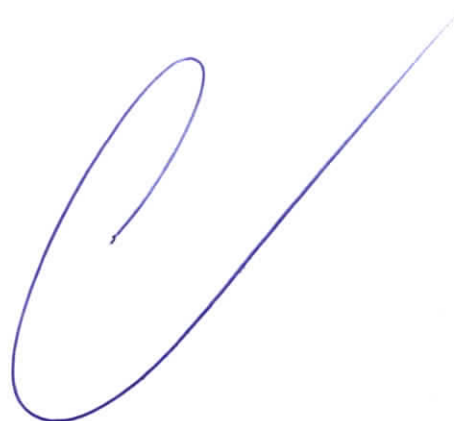
Porquanto, o balanço apresentado pela preenche todos os requisitos legais, sendo devidamente assinado por profissional habilitado e capaz de demonstrar de forma detida toda capacidade financeira da empresa, pagamento de tributos e demais informações contábeis necessárias para torna a empresa apta.

A decisão de inabilitação é carregado de um excesso de formalismo que é desproporcional e desrazoável, ferindo a ampla concorrência e afasta da Administração Pública a melhor proposta.

Isso porque a empresa recorrente recentemente participou e sagrou-se vencedora de certame nesse mesmo município (Tomada de Preços 001/2021 – Processo 126.003/2021), apresentando documentos nos mesmos moldes, havendo firmado contrato com esta administração sem maiores problemas.

A questão é: o que mudou de junho para novembro?

Pois bem, a resposta é simples: nada.



Os documentos foram apresentados nos mesmos moldes, ou seja, nos termos legais e preenchendo todos os requisitos previstos no Edital e na legislação vigente, inexistindo motivo para inabilitação. Entender ao contrário seria prejudicial a livre concorrência e até mesmo a administração pública na busca do melhor preço e economia ao erário. Nesse sentido é o entendimento da jurisprudência, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PERDA DE OBJETO. NÃO CONFIGURAÇÃO. MERA IRREGULARIDADE FORMAL. DOCUMENTO APRESENTADO SEM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA. INTERESSE PÚBLICO. O fato de haver se encerrado o prazo do registro de preços não configura perda de objeto do mandado de segurança impetrado contra ato de inabilitação da empresa em certame licitatório. Condições da ação que devem ser aferidas no momento em que impetrado o mandamus. A apresentação de documento sem assinatura do responsável pela empresa configura mera irregularidade formal, não sendo apto a gerar sua desclassificação em pregão presencial. O procedimento de licitação, embora esteja vinculado ao edital de convocação, deve zelar pelo interesse público, garantindo maior competitividade possível aos concorrentes. Precedentes desta Corte. Equívoco que poderia ter sido sanado quando da abertura dos envelopes, uma vez que o representante se fazia presente ao ato e poderia confirmar a autenticidade do documento por ele apresentado. APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA NECESSÁRIA. (Apelação e Reexame Necessário, Nº 70078093887, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em: 22-08-2018)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. NÃO APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE APTIDÃO DAS ATIVIDADES EXIGIDAS PELO EDITAL. DESCABIMENTO, NO CASO, POR EXCESSO DE FORMALISMO A PREJUDICAR O PROCESSO LICITATÓRIO E A PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Segundo consta do documento de fls. 100/102, a administração pública inabilitou a empresa agravante por não comprovar habilitação técnica em desinstalação e limpeza e aparelho de ar condicionado e de cortina de ar, pois comprovou apenas a execução de serviços de instalação dos aparelhos. Todavia, é



consabido que a atividade de instalação é bem mais complexa, exigindo maior conhecimento técnico do profissional a executar o serviço do que a desinstalação do aparelho ou mera limpeza do mesmo. Apesar da formalidade que rege o processo licitatório, não se mostra razoável que mera irregularidade ou omissão irrisória seja suficiente para excluir a parte recorrente do certame, uma vez que a licitação deve dar-se sempre na busca da oferta mais vantajosa à administração, nos termos do artigo 3º, da Lei de Licitações. E, consoante se denota do edital (fls. 38 e seguintes), o tipo de licitação é a de menor preço, tendo a agravante oferecido a melhor proposta (fl. 101). Decisão singular reformada. À UNANIMIDADE, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Agravamento de Instrumento, Nº 70083462440, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em: 06-05-2020) (grifou-se)

Porquanto, verifica-se que não foram observados todos os documentos trazidos pela empresa, sendo a exigência da decisão, *data máxima vênia*, totalmente infundada, sem respaldo legal. Nesse diapasão, houve claro equívoco na interpretação dada pelo Chefe do Núcleo de Licitações devendo a decisão de inabilitação ser reformada e acatada a habilitação da empresa, afastando-se o ato que excluiu a empresa.

Oportuno, a propósito, invocar as decisões abaixo, proferidas pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja orientação enseja ser seguida no julgamento do presente recurso, *in verbis*: "*Visa a concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilite para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório*" (in RDP 14/240).

Ora, os ensinamentos acima expostos são por demais suficientes para declarar a impetrante HABILITADA, vez que todos os documentos previstos no Edital foram devidamente

apresentados, nos termos exigidos, não havendo razão para a autoridade coatora não aceitá-lo e/ou desconsiderá-lo.


### **III - DOS PEDIDOS:**

Diante do exposto, é o presente recurso para requerer que se digne Vossa Senhoria que seja, por fim, julgado procedente este recurso, reformando-se a decisão de inabilitação da empresa H&M CONSTRUÇÕES LTDA, procedendo, por conseguinte sua respectiva habilitação e dando seguimento aos atos subsequentes do certame visando a manutenção da lisura do presente procedimento licitatório, atendendo aos princípios administrativos da moralidade e da legalidade.

Nestes termos, pede deferimento.

Serra Caiada/RN, 25 de Novembro de 2021.

**H&M CONSTRUÇÕES LTDA**

  
Carlos Henrique de Lima e Silva  
Sócio-Gerente  
CPF: 701.804.054-04